



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Sistema de Registro de Preços

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 36/2022
Processo Administrativo nº 23205.019942/2022-84

1 DO OBJETO

1.1. Selecionar propostas para REGISTRO DE PREÇOS, visando a **aquisição de equipamentos destinados ao desenvolvimento de pesquisas com recursos advindos do FINEP e da Fundação Araucária**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.1.1 Quanto ao quadro especificado abaixo, passamos a esclarecer:

a) Quantidade Mínima: representa o número mínimo de unidades que podem ser cotadas por licitante para cada item deste Termo de Referência, em atendimento ao disposto no Art. 9º, Inciso IV do Decreto nº 7.892/2013.

b) Quantidade Máxima: representa a estimativa de quantidade máxima a ser adquirida pela Universidade Federal da Fronteira Sul, em atendimento ao disposto no Art. 9º, Inciso II do Decreto nº 7.892/2013.

1.1.1.1. A **Quantidade Mínima** não deve ser confundida com **Requisição Mínima** que é o mínimo a ser solicitado pela UFFS para cada item, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. Os itens que possuírem **Requisição Mínima** terão esse dado descrito abaixo desta tabela ou junto a sua especificação/detalhamento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	5208007100108	UNIDADE	1	1	R\$ 352.470,00	R\$ 352.470,00
	CÂMARA CLIMÁTICA VEGETAL (TIPO FITOTRON) - PARA PESQUISA					
	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TEMPERATURA RANGE MÍNIMO DE TEMPERATURA: 20 A 30°C COM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO LIGADO RANGE MÍNIMO DE TEMPERATURA: 15 A 30°C COM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DESLIGADO TIPO DE CONTROLE: DIGITAL MICROPROCESADO VIA					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

	CLP CONTROLADOR: ATRAVÉS DE IHM 7" TIPO TOUCH SCREEN PRECISÃO MÍNIMA DE LEITURA DO CONTROLADOR: $\pm 0.3^{\circ}\text{C}$ SENSOR: VAISALA HMP60 PRECISÃO MÍNIMA DE LEITURA DO SENSOR: $\pm 0.6^{\circ}\text{C}$ PRECISÃO MÍNIMA DE CONTROLE: $\pm 2^{\circ}\text{C}$ UNIFORMIDADE MÍNIMA: $\pm 2^{\circ}\text{C}$ AQUECIMENTO: RESISTÊNCIA ALETADA EM INOX 304 POTÊNCIA MÍNIMA AQUECIMENTO: 2KW REFRIGERAÇÃO: UNIDADE DE REFRIGERAÇÃO 1/2HP+ TIPO DE GÁS: R134A POTÊNCIA MÍNIMA DE REFRIGERAÇÃO: 1650 KCAL/H A $7,2^{\circ}\text{C}$ OBSERVAÇÃO: A IHM INSTALADA NO PAINEL DE CONTROLE UMIDADE RANGE MÍNIMO DE UMIDADE: 50% A 80%UR TIPO DE CONTROLE: DIGITAL MICROPROCESSADO VIA CLP CONTROLADOR: ATRAVÉS DE IHM 7" TIPO TOUCH SCREEN DISPLAY: LCD SENSOR: VAISALA HMP60 PRECISÃO MÍNIMA DE LEITURA DO SENSOR: $\pm 1\%$ PRECISÃO MÍNIMA DE CONTROLE: $\pm 3\%$ UNIFORMIDADE MÍNIMA: $\pm 5\%$ TIPO DE UMIDIFICAÇÃO: POR REGIME DE CALDEIRA OBSERVAÇÃO: - A IHM INSTALADA NO PAINEL DE CONTROLE - DUTO DE DISTRIBUIÇÃO DE UMIDADE INSTALADO COM DISTRIBUIÇÃO HORIZONTAL - DUTO CONSTITUÍDO EM INOX 304 - SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE AR COM VENTILADOR IP 67 ILUMINAÇÃO RANGE MÍNIMO DE ILUMINAÇÃO: 10 A 100% CONTROLE: ATRAVÉS DE IHM TIPO TOUCH SCREEN TIPO DE ILUMINAÇÃO: LÂMPADA LED FULL SPECTRO MODELO ALULED HORTISPECTRUM GP WHITE INDOOR 75W IP 67 POTÊNCIA DA ILUMINAÇÃO: 75W/ LÂMPADA NÚMERO DE LÂMPADAS/LED: NO MÍNIMO 3 LÂMPADAS LED POR ANDAR INTENSIDADE: APROXIMADAMENTE 600MMOL/(M ² .S) A 150MM TIPO DE CONTROLE: DIGITAL MICROPROCESSADO VIA CLP CONTROLADOR: ATRAVÉS DE IHM TIPO TOUCH SCREEN COM DRIVE LED DRIVER 75W INVENTRONICS 0-10V FOTOPERÍODO: SIM, COM ACIONAMENTO ON-OFF VIA PROGRAMAÇÃO NA IHM OBSERVAÇÃO: - UM ÚNICO FOTOPERÍODO PARA OS 3 ANDARES ILUMINADOS OU 1 POR ANDAR CIRCULAÇÃO DE AR TIPO DE CIRCULAÇÃO: AR FORÇADO VENTILADOR: WELLINGTON ECF2 QUANTIDADE MÍNIMA: 3 POTÊNCIA MÍNIMA DO VENTILADOR: 20.5W GRAU DE PROTEÇÃO: IP67 TEMPERATURA MÍNIMA DE OPERAÇÃO: -30°C A 50°C VAZÃO MÍNIMA: 500M ³ /H A 0PA CLASSE DE ISOLAÇÃO: A (105°C) OBSERVAÇÃO: - SISTEMA DE VENTILAÇÃO: SEMPRE ACIONADO ABASTECIMENTO ATUADOR: VÁLVULA SOLENOIDE SENSOES: TIPO CHAVE BÓIA AUTOMÁTICO: SIM CONTROLE DE NÍVEL: SIM SEGURANÇA: PROTEÇÃO DO SISTEMA DE UMIDIFICAÇÃO EM CASO DE FALTA DE ÁGUA AQUISIÇÃO DE DADOS INSTRUMENTO: CARTÃO DE MEMÓRIA VIA IHM AMOSTRAGEM: CONFIGURÁVEL VIA IHM SAÍDA FÍSICA DE DADOS: VIA USB (DADOS) NO PAINEL PRINCIPAL. OBSERVAÇÕES: O DATALOGGER SAÍ PROGRAMADO COM AMOSTRAGEM DE 1 EM 1 MIN. AS VARIÁVEIS DE LEITURA (DADOS) SÃO TEMPERATURA E UMIDADE. ALARMES E SEGURANÇA ATUADOR MECÂNICO DE SEGURANÇA: TERMOSTATO DE BULBO FUNÇÃO: PROTEÇÃO CONTRA SUPERAQUECIMENTO ESTRUTURA CÂMARA INTERNA: EM AÇO INOX 304 POLIDO CAPACIDADE MÍNIMA: 3 BANDEJAS COM SUPORTE FIXO E DISTÂNCIA ENTRE BANDEJAS DE APROXIMADAMENTE 400MM BANDEJAS MÓVEIS: MÍNIMO DE 3 BANDEJAS MÓVEIS COM UM AJUSTE DE 200MM ENTRE AS BANDEJAS PORTA INTERNA: EM VIDRO TEMPERADO PORTA EXTERNA: EM AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA 1 PORTA OBSERVAÇÃO: ABERTURA DE NO MÍNIMO 130° COM EXTENSÃO DE 1200MM DE ABERTURA RODÍZIOS: GIRATÓRIOS COM SISTEMA DE TRAVA GABINETE: EM AÇO CARBONO COM TRATAMENTO ANTI-CORROSIVO E PINTURA ELETROSTÁTICA ENTRADA DE VISITA: ABERTURA LATERAL NA CÂMARA PARA ENTRADA DE SENSOR EXTERNO COM Ø40MM CUBA INTERNA: EM AÇO INOX 304 DIMENSÕES MÍNIMAS EXTERNAS: A: 1925MM X L: 1730MM X P: 1400MM DIMENSÕES MÍNIMAS INTERNAS: A: 1500MM X L: 1000MM X P: 800MM VOLUME MÍNIMO DA CUBA INTERNA: 1200 LITROS PARTE ELÉTRICA POTÊNCIA MÍNIMA TOTAL: 4000 W TENSÃO: 220V $\pm 5\%$ 60HZ TIPO DO PLUGUE: TIPO INDUSTRIAL 2P+T 32A APLICAÇÕES: UTILIZADA PARA ESTUDOS CIENTÍFICOS DE CRESCIMENTO DE PLANTAS, TESTES DE GERMINAÇÃO, INCUBAÇÃO DE INSETOS, ARMAZENAMENTO DE SEMENTES, ONDE SÃO NECESSÁRIOS O CONTROLE PRECISO DE TEMPERATURA, UMIDADE E FOTOPERÍODO. ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TERRITÓRIO NACIONAL. CATMAT/CATSER:256999					
2	5208007100107	UNIDADE	1	1	R\$ 405.140,00	R\$ 405.140,00
CÂMARA CLIMÁTICA VEGETAL (TIPO FITOTRON) COM CONTROLE DE CO2 - PARA PES-						



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

	QUISA
	<p>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TEMPERATURA RANGE MÍNIMO DE TEMPERATURA: 20 A 30°C COM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO LIGADO RANGE MÍNIMO DE TEMPERATURA: 15 A 30°C COM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DESLIGADO TIPO DE CONTROLE: DIGITAL MICROPROCESADO VIA CLP CONTROLADOR: ATRAVÉS DE IHM 7" TIPO TOUCH SCREEN PRECISÃO MÍNIMA DE LEITURA DO CONTROLADOR: $\pm 0.3^{\circ}\text{C}$ SENSOR: VAISALA HMP60 PRECISÃO MÍNIMA DE LEITURA DO SENSOR: $\pm 0.6^{\circ}\text{C}$ PRECISÃO MÍNIMA DE CONTROLE: $\pm 2^{\circ}\text{C}$ UNIFORMIDADE MÍNIMA: $\pm 2^{\circ}\text{C}$ AQUECIMENTO: RESISTÊNCIA ALETADA EM INOX 304 POTÊNCIA MÍNIMA AQUECIMENTO: 2KW REFRIGERAÇÃO: UNIDADE DE REFRIGERAÇÃO 1/2HP+ TIPO DE GÁS: R134A POTÊNCIA MÍNIMA DE REFRIGERAÇÃO: 1650 KCAL/H A $7,2^{\circ}\text{C}$ OBSERVAÇÃO: A IHM INSTALADA NO PAINEL DE CONTROLE UMIDADE RANGE MÍNIMO DE UMIDADE: 50% A 80%UR TIPO DE CONTROLE: DIGITAL MICROPROCESADO VIA CLP CONTROLADOR: ATRAVÉS DE IHM 7" TIPO TOUCH SCREEN DISPLAY: LCD SENSOR: VAISALA HMP60 PRECISÃO MÍNIMA DE LEITURA DO SENSOR: $\pm 1\%$ PRECISÃO MÍNIMA DE CONTROLE: $\pm 3\%$ UNIFORMIDADE MÍNIMA: $\pm 5\%$ TIPO DE UMIDIFICAÇÃO: POR REGIME DE CALDEIRA OBSERVAÇÃO: - A IHM INSTALADA NO PAINEL DE CONTROLE - DUTO DE DISTRIBUIÇÃO DE UMIDADE INSTALADO COM DISTRIBUIÇÃO HORIZONTAL - DUTO CONSTITUÍDO EM INOX 304 - SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE AR COM VENTILADOR IP 67 ILUMINAÇÃO RANGE MÍNIMO DE ILUMINAÇÃO: 10 A 100% CONTROLE: ATRAVÉS DE IHM TIPO TOUCH SCREEN TIPO DE ILUMINAÇÃO: LÂMPADA LED FULL SPECTRO MODELO ALULED HORTISPECTRUM GP WHITE INDOOR 75W IP 67 POTÊNCIA DA ILUMINAÇÃO: 75W/ LÂMPADA NÚMERO DE LÂMPADAS/LED: NO MÍNIMO 3 LÂMPADAS LED POR ANDAR INTENSIDADE: APROXIMADAMENTE 600MMOL/(M².S) A 150MM TIPO DE CONTROLE: DIGITAL MICROPROCESADO VIA CLP CONTROLADOR: ATRAVÉS DE IHM TIPO TOUCH SCREEN COM DRIVE LED DRIVER 75W INVENTRONICS 0-10V FOTOPERÍODO: SIM, COM ACIONAMENTO ON-OFF VIA PROGRAMAÇÃO NA IHM OBSERVAÇÃO: - UM ÚNICO FOTOPERÍODO PARA OS 3 ANDARES ILUMINADOS OU 1 POR ANDAR CIRCULAÇÃO DE AR TIPO DE CIRCULAÇÃO: AR FORÇADO VENTILADOR: WELLINGTON ECF2 QUANTIDADE MÍNIMA: 3 POTÊNCIA MÍNIMA DO VENTILADOR: 20.5W GRAU DE PROTEÇÃO: IP67 TEMPERATURA MÍNIMA DE OPERAÇÃO: -30°C A 50°C VAZÃO MÍNIMA: 500M³/H A 0PA CLASSE DE ISOLAÇÃO: A (105°C) OBSERVAÇÃO: - SISTEMA DE VENTILAÇÃO: SEMPRE ACIONADO ABASTECIMENTO ATUADOR: VÁLVULA SOLENOIDE SENSORES: TIPO CHAVE BÓIA AUTOMÁTICO: SIM CONTROLE DE NÍVEL: SIM SEGURANÇA: PROTEÇÃO DO SISTEMA DE UMIDIFICAÇÃO EM CASO DE FALTA DE ÁGUA AQUISIÇÃO DE DADOS INSTRUMENTO: CARTÃO DE MEMÓRIA VIA IHM AMOSTRAGEM: CONFIGURÁVEL VIA IHM SAÍDA FÍSICA DE DADOS: VIA USB (DADOS) NO PAINEL PRINCIPAL. OBSERVAÇÕES: O DATALOGGER SAÍ PROGRAMADO COM AMOSTRAGEM DE 1 EM 1 MIN. AS VARIÁVEIS DE LEITURA (DADOS) SÃO TEMPERATURA E UMIDADE. ALARMES E SEGURANÇA ATUADOR MECÂNICO DE SEGURANÇA: TERMOSTATO DE BULBO FUNÇÃO: PROTEÇÃO CONTRA SUPERAQUECIMENTO ESTRUTURA CÂMARA INTERNA: EM AÇO INOX 304 POLIDO CAPACIDADE MÍNIMA: 3 BANDEJAS COM SUPORTE FIXO E DISTÂNCIA ENTRE BANDEJAS DE APROXIMADAMENTE 400MM BANDEJAS MÓVEIS: MÍNIMO DE 3 BANDEJAS MÓVEIS COM UM AJUSTE DE 200MM ENTRE AS BANDEJAS PORTA INTERNA: EM VIDRO TEMPERADO PORTA EXTERNA: EM AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA 1 PORTA OBSERVAÇÃO: ABERTURA DE NO MÍNIMO 130° COM EXTENSÃO DE 1200MM DE ABERTURA RODÍZIOS: GIRATÓRIOS COM SISTEMA DE TRAVA GABINETE: EM AÇO CARBONO COM TRATAMENTO ANTI-CORROSIVO E PINTURA ELETROSTÁTICA ENTRADA DE VISITA: ABERTURA LATERAL NA CÂMARA PARA ENTRADA DE SENSOR EXTERNO COM Ø40MM CUBA INTERNA: EM AÇO INOX 304 DIMENSÕES MÍNIMAS EXTERNAS: A: 1925MM X L: 1730MM X P: 1400MM DIMENSÕES MÍNIMAS INTERNAS: A: 1500MM X L: 1000MM X P: 800MM VOLUME MÍNIMO DA CUBA INTERNA: 1200 LITROS PARTE ELÉTRICA POTÊNCIA MÍNIMA TOTAL: 4000 W TENSÃO: 220V$\pm 5\%$ 60HZ TIPO DO PLUGUE: TIPO INDUSTRIAL 2P+T 32A SISTEMA DE INJEÇÃO DE CO2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CO2 RANGE MÍNIMO DE LEITURA CO2: 0-20% OU 0 A 2000 PPM TIPO DE CONTROLE: VIA VÁLVULA SOLENOIDE (SOMENTE INJEÇÃO DE CO2) CONTROLADOR: DIGITAL MICROPROCESADO PRECISÃO MÍNIMA DE LEITURA CONTROLADOR: $\pm 1\%$ DISPLAY: LCD SENSOR: VAISALA GMP251</p>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

	PRECISÃO MÍNIMA DE LEITURA DO SENSOR: +/-0,6% PRECISÃO MÍNIMA DE CONTROLE: +/-2% O RANGE DE LEITURA PODE SER MUDADO PARA PPM CONFORME NECESSIDADE. OBSERVAÇÃO: SOMENTE INJETA CO2 OBSERVAÇÕES: - REGULADOR DE PRESSÃO COM MANÔMETRO DIGITAL - CONEXÃO AO PAINEL VIA UNIÃO PARA PAINEL DE Ø8MM E TUBO POLIURETANO AZUL APLICAÇÕES: UTILIZADA PARA ESTUDOS CIENTÍFICOS DE CRESCIMENTO DE PLANTAS, TESTES DE GERMINAÇÃO, INCUBAÇÃO DE INSETOS, ARMAZENAMENTO DE SEMENTES, ONDE SÃO NECESSÁRIOS O CONTROLE PRECISO DE TEMPERATURA, UMIDADE, FOTOPERÍODO E ESTUDOS DE MUDANÇA CLIMÁTICAS. ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TERRITÓRIO NACIONAL. CATMAT: 256999 CATMAT/CATSER:256999					
3	5208013100110	UNIDADE	1	2	R\$ 7.566,00	R\$ 15.132,00
	GRAVADOR DIGITAL HOLTER					
	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: TAMANHO: 82 X 60 X 14 MM PESO: 47 G; MÍDIA UTILIZADA: CARTÃO SD (SECURE DIGITAL) = 2 G; ALIMENTAÇÃO: 1 PILHA AAA (PALITO), RECARREGÁVEL = 13 G; AQUISIÇÃO DO SINAL: 800 PPS. – 12 BITS; CIRCUITO DE DETECÇÃO DE MARCAPASSO; RELÓGIO INTERNO ; ALARMES LUMINOSOS E SONOROS; EMISSOR - RECEPTOR INFRAVERMELHO; REGISTRO ANVISA/MS: 10361050006; INCLUSO NO GRAVADOR OS SEGUINTE MATERIAIS: CABO DE 4 VIAS, CLIPE, CAPANGA DE COURO E 02 CARTÕES DE MEMÓRIA. GARANTIA: 3 ANOS DE GARANTIA DO APARELHO (NÃO INCLUI ACESSÓRIOS) MAIS SUPORTE TÉCNICO PERMANENTE. CATMAT/CATSER:364680					
4	5240001100018	UNIDADE	1	1	R\$ 10.674,73	R\$ 10.674,73
	MICROTRATOR, DIESEL, 10 HP (MÍNIMO).					
	TIPO: MICROTRATOR A DIESEL MARCHAS: 2 FRENTE/ 1 RÉ SISTEMA DE EMBREAGEM: ÚMIDA ÓLEO DA CAIXA DE TRANSMISSÃO: SAE 15W-40 SISTEMA DE TRANSMISSÃO: ENGRENAGENS (PINHÃO) TIPO DE TRANSMISSÃO: DIRETO ÓLEO DA CAIXA DE TRANSMISSÃO: SAE 70W90 LARGURA DO EIXO: 750 MM PNEUS: 5.00-12 MODELO MOTOR: KAWASHIMA DE 1000-EO TIPO DE MOTOR: MONOCILÍNDRICO, 4T, REFRIGERADO A AR, DIESEL POTÊNCIA MÁXIMA: 10HP SISTEMA DE PARTIDA: ELÉTRICA E MANUAL FILTRO DE AR: BANHADO A ÓLEO CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL: 5,5L QUANTIDADE DE LÂMINAS: 40 (10X4 COM DISCO LATERAL) DIÂMETRO DAS LÂMINAS: 360 MM LARGURA DA ARAÇÃO: 1350 MM PROFUNDIDADE DE ARAÇÃO: 150 À 180 MM ÓLEO DO MOTOR: SAE 15W-40 BATERIA INCLUSA CATMAT/CATSER:2496					
5	5240001100017	UNIDADE	1	1	R\$ 6.769,32	R\$ 6.769,32
	PLANTADEIRA E ADUBADEIRA PARA MICRO TRATOR 1 LINHA PLANTIO DIRETO OU CONVENCIONAL					
	PLANTADEIRA E ADUBADEIRA PARA MICRO TRATOR 1 LINHA PLANTIO DIRETO OU CONVENCIONAL SEMEADORA E ADUBADORA PARA PLANTIO DIRETO DE FEIJÃO, MILHO, SOJA, SORGO. DISCO DE CORTE, PARA CORTAR A PALHA. SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO - SULCADOR PARA ROMPER O SOLO E INCORPORAR O ADUBO; - RESERVATÓRIO DE APROX.35 LITROS POR LINHA PARA O ADUBO, CAIXA EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO E PEÇAS INTERNAS EM MATERIAL NÃO CORROSIVO, SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DO ADUBO ROSCA SEM FIM AUTO LIMPANTE; SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES - DISCO DUPLO DESENCONTRADO PARA INCORPORAR A SEMENTE; - RESERVATÓRIO DE APROX. 10 LITROS POR LINHA PARA A SEMENTE, CAIXA EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO. DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES COM DISCOS HORIZONTAIS, GRÃO À GRÃO - PADRÃO UNIVERSAL. RODAS EM "V" PARA FECHAMENTO DAS VERGAS. RENDIMENTO: O RENDIMENTO VAI DEPENDER DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E NÚMERO DE MANOBRAS NO TERRENO. EM CONDIÇÕES NORMAIS DE TRABA-					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

	LHO É POSSÍVEL PLANTAR NO DIA DE 1 A 1.1/2 HECTAR DE SEMENTES DE MILHO COM ESPAÇO ENTRE LINHAS DE 80 CM. DISCOS DE SEMENTE (OU DISCOS DE PLANTIO) QUE ACOMPANHAM A PLANTADEIRA DE MICRO TRATOR. CÓDIGO QTD DESCRIÇÃO 841 01 UNID DISCO PARA MILHO 28 FUROS - FURO OVAL DE 15MM X 10,8MM 837 01 UNID DISCO PARA MILHO 28 FUROS - FURO OVAL DE 14MM X 9,5MM 842 01 UNID DISCO PARA MILHO 28 FUROS - FURO OVAL DE 11,5MM X 8,5MM 850 01 UNID DISCO PARA MILHO 28 FUROS - FURO REDONDO 12,5MM 835 01 UNID DISCO CEGO COM 28 MARCAÇÕES PARA MILHO 854 01 UNID DISCO PARA FEIJÃO 70 FUROS - FURO OVAL DE 10MM X 7MM 5984 01 UNID ANEL CALÇO DE 3 MM LISO (MONTADO NO DISTRIBUIDOR) 5986 01 UNID ANEL CALÇO DE 4,3 MM LISO CATMAT/CATSER:472281
VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL	R\$ 790.186,05

1.1.1.1. Informamos que podem existir divergências entre as descrições dos itens divulgados no site www.comprasnet.gov.br, que constarão nas Notas de Empenho a serem emitidas após a homologação da Licitação e o que consta neste Anexo. A razão disso são as mudanças feitas nos códigos para lançamento no sistema SI-ASG e a ausência de especificações que atendam integralmente as descrições apresentadas pelos requisitantes do objeto. Por esse motivo, ressaltamos que, em caso de dúvida no momento de lançamento das propostas no Comprasnet ou quando da entrega dos produtos nos campi, o licitante deve sempre considerar a descrição presente neste Termo de Referência e/ou contatar o Pregoeiro.

1.2. Especificações do Objeto

1.2.1. As descrições constantes no quadro acima foram elaboradas pela requisitante do objeto e têm intuito apenas de fornecer subsídios básicos claros e coerentes para que Administração consiga realizar uma compra com padrões de qualidade, de maneira a suprir suas demandas.

1.2.2. A empresa vencedora do certame deverá ter ciência de que os materiais deste Termo serão solicitados em períodos diferentes durante a vigência da Ata de Registro de Preços, assim como a entrega dos materiais ocorrerá em cidades distintas, conforme local de entrega informado neste Termo e Planilha de Distribuição de Materiais constante no “ENCARTE B”.

1.2.3. A Contratada deverá ter ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente no fornecimento dos materiais.

1.2.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.2.4.1. Para os **itens 1 e 2** o prazo de vigência do contrato é de **12 (meses)** contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/ 93.

1.3. Da Pesquisa de Preços e dos Valores

1.3.1. Da Pesquisa de Preços:

1.3.1.1. O valor utilizado como referencial de preço máximo para os itens deste Termo de Referência foi definido com base nos parâmetros I, III e IV do Art. 5º da Instrução Normativa nº 73,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

de 05 de agosto de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

1.3.1.2. O artigo 5º, §1º da IN nº 73/2020 prevê que devem ser priorizados os parâmetros I e II. Justifica-se que não foi utilizado o parâmetro II em virtude da pesquisa de preços ter sido realizada diretamente com fornecedores, pelas características das demandas e da fonte de recursos (pesquisa).

1.3.2. Dos Valores:

1.3.2.1. Os valores utilizados como referencial de preço máximo nesta licitação, foram definidos pelo requisitante aplicando-se **a média** dos preços por ele pesquisados para cada item deste processo licitatório.

1.3.2.2. O valor total estimado pela requisitante para a aquisição dos itens que compõem este Termo de Referência é de **R\$ 790.186,05 (Setecentos e noventa mil, cento e oitenta e seis reais e cinco centavos)**.

1.4. Da Qualificação do Produto

1.4.1. Para comprovar a qualificação dos produtos deste Termo de Referência, o licitante deverá observar as informações constantes na descrição dos itens.

1.5. Da amostra

1.5.1. Os itens deste instrumento serão analisados prioritariamente através de catálogos solicitados aos licitantes. A conferência será realizada pelas especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

1.5.2. No caso de restarem dúvidas:

1.5.2.1. O Pregoeiro poderá requerer do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente amostra(s) do(s) respectivo(s) produto(s), para a verificação da compatibilidade com as especificações e conseqüente aceitação da proposta, no local e prazo indicados.

1.5.2.2. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor em sua embalagem informações quanto às suas características (Ex.: data de fabricação, quantidade do produto, dimensões, marca, referência/código do produto, modelo, etc.).

1.5.2.3. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados ou utilizados pela equipe técnica responsável pela análise, bem como submetidos aos testes necessários. O licitante que apresentar amostra, poderá, a seu critério, fazer o acompanhamento da avaliação das amostras.

1.5.3. O prazo para a apresentação da amostra será de 05 (cinco) dias úteis, a partir da convocação, sujeito a eventual prorrogação a depender da justificativa apresentada pelo licitante. A avaliação de solicitações de prorrogação ficará a critério da administração.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

1.5.3.1. O endereço de entrega da amostra será definido no momento da convocação.

1.5.3.2. A avaliação da amostra será feita estritamente sobre a compatibilidade das características técnicas do produto com as especificações técnicas solicitadas no Edital. A avaliação da amostra será feita por três servidores da instituição (técnicos e/ou docentes) representantes dos requisitantes/usuários do produto. A indicação da equipe de avaliação será feita no momento da convocação da amostra.

1.5.3.3. A avaliação ocorrerá no sexto dia útil após a convocação, em horário de expediente (08h00 às 17h00) no local da entrega da amostra ou no primeiro dia útil após o prazo de entrega acordado na prorrogação.

1.5.4. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade conforme descritos abaixo:

1.5.4.1. Em primeira fase, de caráter eliminatório, as amostras serão avaliadas quanto ao atendimento rigoroso das especificações técnicas exigidas no Termo de Referência. As amostras também deverão estar rigorosamente de acordo com a proposta apresentada pelo licitante.

1.5.4.2. Secundariamente, também de caráter eliminatório, as amostras serão avaliadas mediante a inspeção das características físicas e de testes de funcionamento segundo as orientações constantes em seus manuais de operação (que deverão ser enviados junto com os equipamentos). Os testes de funcionamento visam a comprovação da funcionalidade, qualidade, capacidade (de carga de peso, de aquecimento, de refrigeração, de velocidade, de pressão, etc., conforme o equipamento), precisão, exatidão e atendimento dos parâmetros constantes nas especificações técnicas do Termo de Referência.

1.5.4.3. O resultado da avaliação da amostra se dará através de parecer técnico de aceite ou de desclassificação emitido pela equipe de avaliação.

1.5.4.4. Após a avaliação, a amostra ficará à disposição do licitante para recolhimento, no mesmo endereço da entrega. O prazo para recolhimento da amostra é de 30 (trinta dias) a partir da divulgação do resultado da avaliação. Após este período, caso a amostra não tenha sido recolhida pelo licitante, o produto será incorporado ao almoxarifado Instituição, sem custos para a UFFS.

Para o Campus Erechim

1.5.4.5. A UFFS fica isenta que quaisquer ônus sobre logísticas de entrega ou recolhimento das amostras.

1.6. Do Prazo de Validade e Garantia dos Materiais

1.6.1. Quanto aos prazos de garantia, desde que observadas e respeitadas as disposições legais aplicáveis, prevalecem os períodos estabelecidos nas especificações técnicas dos itens deste Termo de Referência, salvo quando for verificado prazo maior na descrição contida na proposta comercial do fornecedor.

1.6.2. Para os itens que não apresentam indicação do prazo de garantia na sua descrição, a Contratada deverá observar a garantia mínima estabelecida no Código de Defesa do Consumidor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

1.7. Dos Critérios de Sustentabilidade

1.7.1. Em atenção às disposições do artigo 17, inciso II da Lei nº 6.938 de 1981, do Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa IBAMA nº 06 de 15/03/2013 e legislação correlata e conforme orientações do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 4ª Edição, agosto/2021**, para atender aos critérios de sustentabilidade dos itens constantes na tabela constante no **item 1 deste Termo de Referência** deverão ser observadas as exigências de certificação ambiental abaixo:

Itens	A descrição compreende	Base legal consultada	Requisito de certificação ambiental
1, 2, 4, 5	A fabricação de câmara climática, microtrator, plantadeira e adubadeira para microtrator.	Categoria 3 – Indústria Mecânica FTE consultada: 4 – 1: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície.	Apresentar CTF/APP válido do fabricante, relativo à categoria da Indústria consultada ou Licença/alvará ambiental do fabricante, correspondente ao objeto, com respectiva chave de autenticação eletrônica. IMPORTANTE a. Poderá ser apresentado CTF ou licença ambiental de atividade correlata, desde que apresente relação com o objeto desta licitação (item 1.7.1.3.2 do TR). b. Caso o fabricante seja dispensado do registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou Declaração conforme modelo disponível no “ENCARTE C” (item 1.7.1.3.1. do TR). c. Caso a empresa venha a ofertar produtos de fabricação estrangeira deverá apresentar Declaração de Origem do Produto (item 1.7.1.3.3. do TR).
3	A fabricação de gravador digital.	Categoria 5 – Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações FTE consultada:	Apresentar CTF/APP válido do fabricante, relativo à categoria da Indústria consultada ou Licença/alvará ambiental do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

			fabricante, correspondente ao objeto, com respectiva chave de autenticação eletrônica.
			IMPORTANTE
		5 – 3: Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos.	a. Poderá ser apresentado CTF ou licença ambiental de atividade correlata, desde que apresente relação com o objeto desta licitação (item 1.7.1.3.2 do TR). b. Caso o fabricante seja dispensado do registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou Declaração conforme modelo disponível no “ENCARTE C” (item 1.7.1.3.1. do TR). c. Caso a empresa venha a ofertar produtos de fabricação estrangeira deverá apresentar Declaração de Origem do Produto (item 1.7.1.3.3. do TR).

1.7.1.2. Quando for solicitada a apresentação de **Certificado de Regularidade do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do IBAMA - CTF/APP, o Certificado deverá estar válido e conter chave de autenticação eletrônica**, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata;

1.7.1.2.1. O registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal das Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP assegura que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente;

1.7.1.2.2. As fichas de enquadramento (FTEs) encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do IBAMA;

1.7.1.2.3. Cabe informar que o Cadastro Técnico Federal e demais licenças ambientais, será solicitado para os produtos fabricados nacionalmente, uma vez que o mesmo se refere ao uso de recursos naturais e modo de produção no país.

1.7.1.3. Caso não se confirme a adequação da certificação ambiental do produto conforme constante no Termo de Referência, a proposta selecionada será desclassificada, exceto quando:

1.7.1.3.1. **O fabricante for dispensado do registro ambiental, por força de dispositivo legal**, a licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei conforme **Modelo de declaração disponível no “Encarte C” do Termo de Re-**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

rência;

1.7.1.3.2. Não for possível a obtenção do registro no CTF/APP, a licitante poderá cadastrar outras licenças ambientais do fabricante, em nível municipal e/ou estadual, desde que correlatas a natureza do objeto, sob pena de não-aceitação/habilitação da Proposta;

1.7.1.3.3. Se tratar de produtos de fabricação estrangeira, a Licitante deverá apresentar Declaração de Origem do Produto.

1.7.2. A empresa Licitante deverá observar, no que couber, as práticas de sustentabilidade previstas nos Art. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no Decreto nº 10.024/2019 e Legislação correlata.

1.7.3. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

1.7.4. O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da aquisição, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **Encarte D** deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **Encarte D** deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O objeto deste Termo de Referência se enquadra como material comum, para fins do disposto no inciso II do artigo 3º do Decreto nº 10.024/2019, cabendo licitação na modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, para Registro de Preços, observado o disposto na Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002; no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, no Decreto nº 7.892/2013, na Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes.

4.2. Considerando as opções disponíveis no mercado, justifica-se que a solução escolhida a ser adotada pela UFFS para atendimento da necessidade institucional como um todo é o Sistema de Registro de Preços, de acordo com as hipóteses I e II previstas no artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013, tendo em vista que representa a solução tecnicamente mais eficiente para as especificidades das demandas apresentadas e dos projetos aprovados nos editais de fomento.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. Os materiais deverão ser entregues pelo fornecedor nos seguintes prazos:

- **Campus Erechim:** O prazo para entrega do equipamento é de **180 (cento e oitenta) dias** a contar da ciência por parte do Fornecedor da emissão da Nota de Empenho.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

- **Campus Laranjeiras do Sul:** O prazo para entrega do equipamento é de **45 (quarenta e cinco) dias** a contar da ciência por parte do Fornecedor da emissão da Nota de Empenho.
- **Campus Realeza:** O prazo para entrega do equipamento é de **20 (vinte) dias** a contar da ciência por parte do Fornecedor da emissão da Nota de Empenho.

5.1.1.A Contratada deverá estar ciente de que poderão ser empenhados quantitativos em períodos diferentes, dentro da validade da Ata de Registro de Preços.

5.1.2. Os materiais deverão ser entregues nos seguintes endereços:

- **Campus Erechim:** Rodovia ERS 135, Km 72, CEP: 99700-000, Erechim – RS. Caixa Postal 764, CEP 99.700-970.
- **Campus Laranjeiras do Sul:** Rodovia BR158, Km 405 mais 700 metros, CEP. 85.303-820, Laranjeiras do Sul – PR. Caixa Postal nº106, CEP. 85.301-970.
- **Campus Realeza:** Avenida Edmundo Gaievski, Km 466. CEP. 85.770-000, Realeza – PR. Caixa Postal nº253, CEP. 85.301-970.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6. Não ocorrendo, num prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da comunicação formal, o recolhimento dos materiais que estejam em desacordo com as especificações contidas no presente Termo de Referência, poderá a Instituição providenciar a destinação que melhor lhe aprouver, independente da abertura e conclusão de eventual processo de penalização.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

5.7. A entrega dos bens destinados a qualquer outro Campus, que não o Campus de Chapecó e Reitoria da UFFS, deverá ser realizada através da emissão de Nota Fiscal de Simples Remessa com destino ao CNPJ correspondente e a Nota Fiscal de Faturamento com o CNPJ do Campus de Chapecó-SC.

5.8. As notas de Simples remessa deverão ser emitidas nos seguintes CNPJ's de acordo com o Campus de sua entrega:

- a) Campus de Erechim: CNPJ Nº 11.234.780/0002-31;
- b) Campus de Laranjeiras do Sul: CNPJ Nº 11.234.780/0004-01;
- c) e) Campus de Realeza: CNPJ Nº 11.234.780/0005-84.

5.9. A entrega dos bens deverá ser realizada em horários posteriormente definido e indicados na Nota de Empenho, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a entrega possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais a UFFS.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. efetuar o pagamento a contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

7.1.1.1. objeto deve estar acompanhado do manual contendo laudo do produto, com uma versão em português;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei n.º 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

de 1993.

10.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei n.º 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei n.º 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

- 12.1. As cláusulas de reajuste aplicam-se **somente para os itens 1 e 2.**
- 12.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 12.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA/IBGE** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 12.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 12.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 12.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.9. O reajuste será realizado por apostilamento..

13. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 14.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, o estabelecido na descrição do Termo de Referência, salvo quando for verificado prazo maior na descrição contida na proposta comercial do fornecedor, contado a partir do primeiro dia útil
- 14.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 14.3. Durante o período de garantia, quaisquer peças, componentes ou outros materiais que apresentarem vício ou defeitos de fabricação ou danos não decorrentes de uso em condições normais, incluso os sofridos durante o transporte até as dependências da Universidade, deverão ser substituídos por originais e novos, sem qualquer ônus adicional à UFFS.
- 14.4. As despesas tais como, frete, impostos, tarifas e seguros dos materiais substituídos serão de inteira responsabilidade da Contratada.



15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II) **Multa**:

(1) moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União** com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

V) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “IV” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens “I”, “III”, “IV” e “V” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS

16.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 790.186,05 (Setecentos e noventa mil, cento e oitenta e seis reais e cinco centavos).

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

18.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes encartes:

18.1.1. **ENCARTE A** – Modelo para apresentação de proposta;

18.1.2. **ENCARTE B** – Planilha de distribuição de materiais;

18.1.3. **ENCARTE C** – Modelo de declaração de isenção de apresentação de certificado ambiental;

20.1.4. **ENCARTE D** – Estudos Técnicos Preliminares - SIPAC: MESA VIRTUAL - Documento de Formalização da Demanda – F0090, ordem no processo n.º 4; documento n.º 5/2022, págs. 12 a 26

Chapecó/SC, 10 de agosto de 2022.

ANDRÉIA STALLBAUM KLUG

Superintendência de Compras e Licitações

LIDIANE MARCANTE

Superintendente de Compras e Licitações

Eu, CHARLES ALBINO SCHULTZ, Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura e Ordenador de Despesas, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, **APROVO** o presente Termo de Referência e seus encartes, visando o REGISTRO DE PREÇOS para a **aquisição de equipamentos destinados ao desenvolvimento de pesquisas com recursos advindos do FINEP e da Fundação Araucária**, pelo Sistema de Registro de Preços, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 10 de agosto de 2022.

CHARLES ALBINO SCHULTZ

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura

Ordenador de Despesas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ENCARTE “A”

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS Ref. Pregão Eletrônico (SRP) nº 36/2022

À Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

DADOS DA EMPRESA

Razão Social

CNPJ:

Endereço:

Cidade/UF:

CEP:

Telefone: ()

E-mail:

RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

Nome:

Cargo/Função:

RG:

CPF:

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS DA EMPRESA

Banco:

Agência:

C/C:

Apresentamos proposta para os **materiais** descritos abaixo, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico (SRP) nº 36/2022**, pelo (s) valor (es) abaixo especificado (s):

ITE M	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$					

Declaramos que:

- 1 No (s) preço (s) proposto (s), estão computados todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir diretamente ou indiretamente no **fornecimento**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

dos materiais, objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.

- 2 O prazo de validade da proposta é de _____ (_____) **dias**, contados da data de sua apresentação. (Prazo não inferior a **120 (cento e vinte) dias** conforme disposto no Edital).

Cidade/UF, de de 2022.

Nome e assinatura do representante legal e carimbo da empresa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ENCARTE “B”

PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS Ref. Pregão Eletrônico (SRP) nº 36/2022

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS			
ITENS	CAMPUS ERECHIM/RS	CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PR	CAMPUS REALEZA/PR
1	1		
2	1		
3			2
4		1	
5		1	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ENCARTE “C”

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICA- DO AMBIENTAL PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 36/2022

A empresa, inscrita no CNPJ
sob o nº, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a)
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº
....., declara sob as penas da lei, que está isenta de
apresentar a certificação relativa a, exigida no Edital do
Pregão Eletrônico (SRP) nº 36/2022 da Universidade Federal da Fronteira Sul, em razão de
.....

....., de de 2022.

Nome e assinatura do representante legal e carimbo da empresa